

Gênero e sexualidade nas práticas escolares. ST 7

Ana de Medeiros Arnt

Nádia Geisa Silveira de Souza

FACED/UFRGS

Palavras-chave: Práticas escolares, naturalização da família tradicional, papel de homem/mulher na sociedade

Encenando mulheres e homens nas práticas escolares

Neste artigo, buscamos problematizar a naturalização dos posicionamentos de homens e mulheres e da família tradicional em nossa sociedade, tendo como ponto de partida uma aula observada numa turma de Ensino Médio de uma escola estadual da cidade de Porto Alegre¹.

Esta aula tratava da realização de um trabalho proposto à turma pela professora e consistia na montagem do julgamento de um caso de aborto. No planejamento da professora, a atividade fora programada para ser um debate, em que os estudantes se posicionariam a favor ou contra o aborto provocado. No entanto, os alunos sugeriram a ela uma outra proposta: a realização de uma encenação de um julgamento!

Na trama, os alunos deveriam “montar” os personagens (ré, testemunhas de acusação e de defesa) e suas histórias, justificando, defendendo ou não a concessão do aborto.

A professora encarregou-se de procurar e apresentar alguns casos de julgamento de aborto para a turma, para que eles escolhessem qual gostariam de trabalhar. O caso eleito foi o de uma gestante de um feto com *Síndrome de Patau* (trissomia do cromossomo treze). Os alunos tiveram acesso a algumas informações acerca desse caso para, a partir daí, criar a encenação. Dentre as informações reveladas aos estudantes constava o motivo do pedido de aborto. Essa gestante pediu autorização na justiça para interromper a gravidez porque a Síndrome de Patau apresenta características de extrema gravidade e com alta mortalidade da criança logo nos primeiros momentos após o nascimento. Além disso, a gestante em questão já tinha um filho com Síndrome de Down, e em seu pedido constava a dificuldade de criar dois filhos com problemas de saúde de necessidades especiais.

Essa aula suscita inúmeras discussões possíveis, no entanto, voltarei minha atenção para os discursos utilizados pelos estudantes para constituir os personagens desse julgamento, principalmente aqueles que posicionam homem e mulher em relação à maternidade e à paternidade, à situação profissional, bem como as relações familiares.

Nesse estudo, não entendemos as identidades de gênero como essências, que possuem uma natureza, inscrita nos genes, ou mesmo nas características biológicas do corpo. Mas como construções

sociais, culturais e históricas. Nas relações sociais cotidianas, as representações associadas aos sexos (características, comportamentos, valores) instituem o que um determinado grupo social pensa como gênero feminino e masculino. Assim, utilizo-me de uma perspectiva que

aponta para a compreensão de que, ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres, num processo que nunca está finalizado ou completo. Além disso, ele sugere que, como nascemos e vivemos em tempos, lugares e circunstâncias específicos, há muitas formas de viver e de constituir a feminilidade e a masculinidade (Meyer, 2003, p. 40).

A questão do gênero apareceu nessa aula, principalmente, na construção das testemunhas do julgamento. Os estudantes articularam diferentes discursos na constituição desses personagens, que foram pensados de maneira a construir o caso em conformidade com cada grupo (defesa ou acusação).

A seguir, comento brevemente os papéis definidos por cada grupo, a partir do meu entendimento quanto aos propósitos dos estudantes ao escolherem tais personagens e não outros. Com esses comentários tenho o objetivo de mostrar que as escolhas das testemunhas relacionaram-se ao posicionamento “tradicional” de homens e mulheres em nossa sociedade, quais sejam: os homens assumindo posições de profissionais e provedores do lar e as mulheres, posições vinculadas à família, à casa e ao cotidiano.

Nessa perspectiva, a defesa montou sua estratégia a partir da apresentação da família da ré (mãe, irmã, marido). Tais testemunhas tinham a função de evidenciar o relacionamento da ré com o primeiro filho do casal, sua situação financeira e seus sentimentos em relação à criança que está por vir. O outro personagem da defesa, um *expert* (o geneticista), configurou-se como alguém que tem sua fala legitimada pela ciência, aquele que, supostamente, detém um saber (o científico) que o torna porta voz de verdades capazes de caracterizar o feto e justificar a prática de aborto.

A acusação, cercou-se de pessoas ligadas indiretamente à família, as quais não possuíam muita intimidade com a ré e seu marido no período da gravidez em questão. O contato que as testemunhas de acusação (o farmacêutico, a prima e a amiga) possuem com a ré diz respeito ao período em que a mesma vivenciou a sua primeira gravidez. Dessa forma, a acusação buscou apresentar provas de que a ré havia tentado um aborto nessa ocasião, tomando remédios. A outra testemunha, uma vizinha “muito observadora”, possui um contato com a ré na vivência cotidiana do bairro em que moram. A fala dessa testemunha contemplou o relacionamento da ré com seu primeiro filho, e expressou sua opinião quanto à criança que possui essa síndrome.

Ao analisarmos a cena de forma mais atenta, podemos perceber um marcado posicionamento de mulheres e homens nas testemunhas. Assim, começo essa análise a partir dos papéis masculinos: o geneticista, o farmacêutico e o marido da ré. O geneticista é posicionado como *expert*, aquele que

representa a verdade ligada aos saberes científicos. Desse modo, é o indivíduo indicado para falar sobre a patologia apresentada pelo feto e quem ocupa o lugar legitimado pela sociedade para justificar o pedido de aborto com base em um saber “neutro”, “racional” e “verdadeiro”: a Genética. O farmacêutico também faz uso de seus conhecimentos científicos, no julgamento, ao acusar a ré de ter tomado um medicamento considerado abortivo. Tal remédio foi vendido por ele, em seu estabelecimento, na ocasião da primeira gravidez da ré.

Já o marido da ré, mesmo não comentando mais detalhadamente qual sua profissão, como no caso das duas outras testemunhas masculinas da trama, fala do que interessa naquele contexto: a situação financeira. Ao que parece, na história criada pelos estudantes, a posição de pai e marido relaciona-se à noção de que o homem é o responsável pela manutenção financeira do lar, da mulher e do filho. Na família, uma das formas do homem viver sua masculinidade, relaciona-se a função paterna que, nesse caso, parece limitar-se a sustentar a casa, à função de provedor. Sua justificativa para não querer esse filho baseia-se não, ou não somente, nos sentimentos de dor, tristeza e pena pelo seu filho que está por vir. Assim, ele argumenta que não terá condições de manter mais um filho doente e, nesse sentido, não estará cumprindo sua função social.

Quanto ao papel desempenhado pelas testemunhas femininas, percebemos que as mulheres (mãe, irmã, prima, amiga e vizinha) foram chamadas para testemunhar por motivos diferentes daqueles dos homens. Nesse sentido, parece que pouco importou suas profissões, embora algumas a tenham mencionado. Suas falas referiram-se à vida da ré e seu relacionamento com seu primeiro filho, aos seus sentimentos na primeira gestação, às condições financeiras da família, etc. Apenas a irmã, a mãe e a ré comentaram sobre seus trabalhos e rendimentos. No entanto, suas profissões foram posicionadas, a meu ver, como “femininas”, no âmbito do lar, pois elas *costuram para fora*.

Assim, parece-me que essas testemunhas não estavam ali para posicionarem-se em relação ao feto e ao aborto, contra ou a favor, de acordo com esse ou aquele discurso científico, afinal, elas não ocuparam lugares sociais com tal legitimidade. Elas foram “chamadas” para contar a vida da ré, como ela se relacionava com o primeiro filho, como ela se comportava no dia-a-dia, seu descuido que levou à segunda gravidez e suas supostas tentativas de aborto em sua primeira gestação. Em suas falas não apareceram enunciados científicos, mas, sim, observações cotidianas, saberes adquiridos na convivência diária que, supostamente, tinham com a ré. A “vizinha observadora” é um exemplo disso, pois, aparentemente, ela não fazia nada mais do que olhar o movimento do bairro pela janela de sua casa; é uma personagem que foi representada com o perfil típico da mulher: a fofoqueira...

Nas escolhas das personagens, os estudantes se mostraram inscritos por discursos e práticas que demarcam os lugares femininos e masculinos na sociedade. O masculino, na trama dos alunos,

vinculou-se à “racionalidade”, ao conhecimento. Além disso, os alunos ancoraram-se na posição da figura paterna como sendo aquela que deve suprir o lar e a família em todas as necessidades. Já as mulheres restringiram-se aos afazeres informais e situados no espaço do lar.

Entre os diversos posicionamentos relacionados ao gênero, apareceram, também, aqueles vinculados à família e, por conseguinte, à maternidade e à paternidade. Alguns autores vêm discutindo e chamando atenção para os papéis que a família vem ocupando desde a modernidade até a cultura contemporânea. Ao abordarem sua constituição, no decorrer do século XIX e início do século XX, vários autores destacam o posicionamento da família como alicerce para uma sociedade civilizada (Matos e Soihet, 2003; Rohden, 2003). Mais do que isso, ela configurou-se, no cenário europeu, a partir do século XVIII, num importante instrumento de controle, vigilância e disciplinamento, para o governo da população (Foucault, 2002).

Segundo o Foucault (2002, p. 289), “quando se quiser obter alguma coisa da população — quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. — é pela família que se deverá passar”. Foucault (2002) comenta, ainda, que esse caráter de instrumento que a instituição familiar assume é demonstrado através das campanhas de saúde direcionadas à família, tais como campanhas de controle de mortalidade e natalidade, campanhas relativas aos casamentos, campanhas de vacinação...

Varela e Alvarez-Uria (1992) também trazem a constituição da família, no século XVIII, como uma ação interessada. Ao comentarem, mais especificamente, as famílias das classes mais abastadas, os autores dirão que:

os tratados dirigidos à instituição da família moderna, dedicados naturalmente a príncipes e grandes senhores da época como era costume então, e dirigidos logicamente aos que sabem lê-los, assinalam os papéis que marido e mulher terão que desempenhar com respeito aos mais variados assuntos: governo, administração das finanças, criados, familiares, relações entre esposos, e, evidentemente, nutrição e cuidado dos filhos (idem, p. 73).

Nesse sentido, diferentes discursos, tais como médicos, políticos, morais, religiosos, etc., articularam-se, tornando a família, ao mesmo tempo, alvo e instrumento do governo, visando a atingir a população para manter a ordem, minimizar os riscos, aumentar a segurança e a “paz” sociais.

Rohden (2003) comenta como, no Brasil do início do século XX, se procurou modelar, disciplinar os indivíduos, visando à constituição da família, “procurando intervir nas condutas, modos de relacionamentos, relações sexuais, habitação, etc.” (idem, p. 38). Além disso, o modelo de família previsto pelas elites era bem diferente do modelo das famílias populares. Assim, a família burguesa, segundo a autora,

tratava-se da família nuclear, sem inúmeros agregados, que tinha uma habitação própria e não morava nos cortiços sem privacidade, calcada no casamento indissolúvel, no homem como

provedor e na mulher ‘do lar’, mãe e educadora. O trabalho e a presença da mulher nas ruas era bastante condenado (idem, ibidem).

Esses estudos, ao trazerem elementos implicados na invenção da família nuclear, mostram-nos que hoje (e também em outras épocas) as famílias não configuram-se de uma única forma. Assim, não há um modelo ideal para o alcance da felicidade, bem como para a construção de uma sociedade sólida e de uma nação forte, dentre tantas outras promessas que se associam à existência dessa família.

Ao representarem a família em sala de aula, os alunos trouxeram vários desses discursos ligados à família nuclear tradicional para a história criada. Dessa forma, mostram como, ainda hoje, encontram-se em vigor discursos e práticas que legitimam esse padrão familiar, em nossa sociedade.

Outro aspecto que também apareceu na trama dos estudantes refere-se ao trabalho, que se constitui diferentemente para os personagens femininos e masculinos. Em épocas passadas, o trabalho foi visto como algo desviante para as mulheres, um comportamento tido, muitas vezes, como perigoso para o corpo da mulher e para a sociedade, por retirar-lhes a energia que deveria ser dedicada ao âmbito do lar e ao cuidado com os filhos e o marido (Dhoquois, 2003).

Em relação ao direito do trabalho na França do final do século XIX, por exemplo, Dhoquois (2003) argumenta que o mais interessante é o fato das mulheres “não serem compreendidas pelo direito somente como pessoas, mas também e sobretudo como ‘reprodutoras’ eventuais” (idem, p. 44). Ainda segundo a autora, a mulher, no contexto daquela época, era “antes de tudo esposa e mãe, responsável pelo bem-estar da família. Naturalmente, tudo se encadeia: a esposa/mãe cuida da casa e dos filhos, no plano material e moral, e do marido, que, desse modo, pode levar à fábrica a sua força de trabalho intacta” (idem, p. 47).

No Brasil do início do século XX, o trabalho feminino também era mal visto. Qualquer outra atividade que “não fosse a de mãe e de esposa, realizada no aconchego do lar, passou a ser entendida como subordinada, acessória e desviante” (Matos, 2003, p. 112). Além disso, esse trabalho “extradoméstico” era visto como “desperdício físico de energias femininas e como fator de dissolução da saúde [... promovendo assim] a mortalidade infantil e desordens sociais, tendo como conseqüências nocivas o abandono das crianças” (idem, ibidem).

Nessa perspectiva, à mulher cabia, portanto, os cuidados com o lar ou, no máximo, atividades remuneradas que pudessem ser conciliadas com as posições que ela ocupava na família: esposa e mãe. Já, aos homens, era reservado o espaço público, a cidade, o trabalho, pois seu corpo é a marca do “indivíduo forte e [que] com sua agressividade e inteligência impôs o desenvolvimento da civilização urbana” (Matos, 2003, p. 121).

O discurso médico daquela época, através dos estereótipos de fragilidade e força, também atuou no posicionamento e manutenção do modelo social, pois ele definiu a maternidade como função natural da mulher. Nesse sentido, o corpo da mulher, diferente do homem, é visto como intimamente ligado à natureza, uma vez que esse

tem como destino a reprodução. Desde a mais tenra idade e especialmente a partir da puberdade ela passa a ser vigiada para que nada comprometa esta missão. É o momento em que a mulher cumpre seu destino e se converte de fato em um ser para a espécie (Rohden, 2003, p. 50).

Ao trazer esses estudos sobre a questão da família e da relação mulher/mãe/esposa no início do século XX, não penso em mostrar a existência de uma continuidade de discursos até os dias de hoje. Tampouco pretendo afirmar que as famílias *realmente* constituíam-se dessa ou daquela forma. Ao trazer elementos relacionados à constituição da família procuro marcar a sua dimensão construída e problematizar a naturalização de um determinado tipo de família e posição de homem e mulher, presente na encenação dos alunos. De modo natural e sem questionamentos, eles apresentaram uma família que podemos chamar de tradicional, constituída por um pai e uma mãe, em que cabe ao homem o lugar de provedor do lar, aquele que trabalha e sustenta a casa, e à mulher os cuidados com a família.

Esses estudos chamam nossa atenção para as posições desiguais ocupadas pelo homem e a mulher, na família, seja como provedor e cuidadora, seja no projeto que trazem em relação à paternidade e à maternidade. Segundo Costa (2002), a paternidade é pensada como um projeto na vida dos homens, enquanto a maternidade é vista como um desejo intrínseco da feminilidade, para as mulheres. Assim, “as mulheres vão se constituindo mães ao longo de suas trajetórias de vida, (...) a maternidade é uma experiência de continuidade, de repetição, de realização de um plano desde sempre elaborado no passado feminino” (idem, p. 344). Para os homens, ao contrário, ser pai não é visto como uma ação natural, mas um projeto de determinada situação de vida: a vida de casado. No entanto, a paternidade não se configura, apenas, como o ato de “fazer filhos”, segundo a autora, ela está

relacionada também à capacidade de sustentá-los e educá-los. Sustentar os filhos é uma responsabilidade considerada masculina, o que coloca o trabalho remunerado dos homens como referência fundamental nas concepções sobre paternidade e masculinidade. Assim, se fazer filhos pode servir para comprovar o atributo físico da paternidade, conseguir sustentá-los e educá-los comprova seu atributo moral (idem, *ibidem*).

Na trama montada pelos alunos, estavam presentes os discursos relacionados ao papel da mulher. Nesse sentido, a ré cuida de seu filho e também realiza um trabalho que não exigia que ela saia de casa, permanecendo no âmbito privado do lar para cumprir suas funções “naturais” de mãe e esposa. Na encenação, a ré deixou de estudar ou largou sua profissão para dedicar-se a seu filho doente. Afinal, esse parece ser o lugar da mulher/mãe na sociedade...

Essa questão adquire força, a meu ver, quando a amiga da ré, testemunha de acusação, comentou sobre seu relacionamento, dizendo tê-la conhecido durante a faculdade. A força a que me refiro não está presente no relato da personagem da trama, mas nas risadas espontâneas que tomaram conta da sala de aula diante do comentário da ré ser universitária...

Enfim, nessa aula, criada pelos estudantes, a proposta era discutir um caso de aborto na justiça. No entanto, o que aparece é muito mais do que isso, são diversos os sentidos, os significados culturais inscritos, marcados nas falas, gestos, ações dos alunos. Mais do que apenas debater em que casos tal ato poderia ou não ser realizado, ou as questões biológicas envolvidas, o caso utilizado como base para o trabalho ultrapassou um pedido de autorização de aborto. Tal solicitação, encenada pelos estudantes, colocou em questão a figura da mulher/mãe. Ao se criar uma cena, num “simples” trabalho escolar, cujo tema foi o aborto, apesar das conquistas que as mulheres vêm adquirindo, foi esse corpo, o da mulher, que sentou no banco dos réus e foi tornado ré. A posição ocupada pelo pai/marido foi a de coadjuvante, uma das testemunhas, nada mais do que isso. Finalizando, é importante marcar que embora tais significações tenham aparecido com tanta veemência nessa aula, em nenhum outro momento, após a realização do trabalho, se discutiram tais questões, sacramentando-as como naturais de nossa sociedade.

Referências

- Costa, R. C. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. *Revista Estudos Feminista*, vol. 10, n. 2, jul/dez 2002. p. 339-356.
- Dhoquois, R. O direito do trabalho e o corpo da mulher (França: séculos XIX e XX) Proteção da produtora ou da reprodutora?. In: Matos, M. I. S. de. e Soihet, R. (org.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 43-58.
- Foucault, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 17ª ed., 2002b.
- Matos, M. I. S. de, Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: Matos, M. I. S. de. e Soihet, R. (org.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 107-128.
- Meyer, D. E. E. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. *Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 3, set/dez, 2003. p. 33-58.
- Rohen, F. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. (Coleção História e Saúde).
- Varela, J. e Alvarez-Uria, F. Maquinaria escolar. *Teoria & Educação*, v. 6, 1992. p. 68-96.

ⁱ Tal observação refere-se ao projeto da Dissertação de Mestrado “De muros, tempos, arte e pingue-pongue aos genes, anfioxos, mórulas e trissomias: falando do corpo nas práticas escolares”, realizado no PPG-Educação da Faculdade de Educação da UFRGS.